ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 16/2018
Sessão Extraordinária de 10 de Setembro 2018

Aos dez dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na Sala de Reuniões do Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:----------
---

----------**Lista de Presenças**:----------
---

23 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte (em substituição de Carlos Manuel Pontes Costa), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de Vitor Cristiano da Piedade Ferreira), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Adriano Costa Cabrita (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente a Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);----------
---

9 Deputados Municipais do PSD - Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Miriam do Amaral Correia, Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e

Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);----------

---

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;----------

---

1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;----------

---

1 Deputado Municipal do BE – Carlos José da Silva Martins;----------

---

Também estiveram presentes **o Presidente da Câmara,** Vitor Aleixo **e os Vereadores**, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade----------

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os **Deputados Municipais do PS**, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Carlos Manuel Pontes Costa, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Maria da Conceição Leite Esteves Duarte. ----------

O Deputado António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Adriano Costa Cabrita.----------

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.----------

---

Faltou, sem ter apresentado justificação: ----------

A **Deputada Municipal do PS**, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves.-------

---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

---

----------**Ordem de Trabalhos**----------

1- Intervenção do Público;----------

2- Aprovação de Atas;----------
3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------
4- Período de Antes da Ordem do Dia;----------
5- Moções;----------
6- Período da Ordem do Dia;----------

Seguidamente o Senhor **Presidente da Assembleia**, começou por informar que após algumas obras no Edifício, estão reunidas melhores condições de trabalho, obras essas que demoraram algum tempo, porque foi necessário substituir o teto, as condutas do ar condicionado, as luzes, e outras coisas necessárias na Sala., qu Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, todo o apoio dado para esta melhoria de condições, e aos Dirigentes e Técnicos que deram o seu contributo, e que continuam a dar, porque os trabalhos ainda não estão totalmente terminados, nomeadamente em termos de condições de segurança, saídas de emergência, que ainda não estão devidamente contempladas, tal como o acesso para pessoas com dificuldade de locomoção.----------
---

O Senhor **Presidente da Assembleia** comunicou, que o Senhor **Deputado Fernando Santos** apresentou formalmente ao Presidente da Assembleia, o seu pedido de desvinculação do Grupo Municipal do Partido Socialista, por vontade própria, passando à condição de **Deputado Independente**.----------
---

Informou também, que as próximas Sessões da Assembleia, serão uma Sessão Ordinária no dia 28 de Setembro, e outra no decorrer do mês de Outubro, em data que ainda não está marcada, como Sessão Extraordinária Temática, sobre o "Estado do Município", em que o principal "ator", será a Câmara Municipal, com uma Ordem de Trabalhos e distribuição de tempos, nos termos regimentais-------
---

Referiu ainda que, através da Comissão Permanente, estão programadas em cooperação com a Câmara Municipal, uma série de visitas às 4 Empresas Municipais, tal como ocorreu no mandato anterior, e também, tendo em conta a sua importância e os problemas que têm sido suscitados, e que têm chegado a esta Assembleia Municipal, uma nova visita ao Aterro Sanitário da Cortelha, e à EN 125, esta última em duas vertentes, uma que tem a ver com as obras de requalificação, e a outra tem a ver com a questão do saneamento básico e da água ao longo dessa Estrada.----------
---

Foram iniciados os trabalhos;----------

1-Intervenção do Público;----------

Pediu a palavra o **Munícipe João Madeira**, que reside na zona da Júlia, perto de Alte, dizendo que lamenta o facto de viver na situação em que vive, e que se sente indignado, porque estamos em pleno Século XXI, e a sua terra não tem água, não tem saneamento, e não tem estradas para poderem entrar, carros dos bombeiros, ou um camião para poder limpar as fossas, e isto infelizmente é muito frequente no interior do Algarve.----------

---

Foi dada a palavra ao **Munícipe Ilídio Silva**, dizendo que a razão que o traz a esta Assembleia, pela 2.ª vez, é referente ao Canil Municipal, pois a 1.ª vez, há 1 ano atrás, antes das eleições, e já nessa altura referiu que o motivo da sua presença, o seu bem-estar e dos vizinhos, porque o que acontece no local onde reside, em Loulé, e desde há 2 atrás, é o facto do ruído vindo do Canil Municipal, ser insuportável dentro da cidade, e tal como como disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Órgãos Municipais e os Órgãos do Estado, deverão ser os primeiros a dar o exemplo no cumprimento da lei, mas não é isso que se verifica aqui em Loulé, na questão do tratamento do ruído por parte da Câmara Municipal, porque o direito ao descanso, é um direito constitucional, e esse direito não está a ser respeitado, porque pela noite fora, até às 3h/4horas da madrugada, o ruído dos animais persiste, devido às dezenas e dezenas de animais que estão no Canil Municipal. o que torna esta situação insuportável e insustentável, para todos os moradores que vivem na Rua Camilo Castelo Branco, em frente à GNR de Loulé, e é lamentável, que depois de cartas escritas ao Senhor Presidente da CML, de queixas efetuadas à GNR, e reclamações à CCDR, até hoje não obter uma resposta com algo de concreto.----------

---

Foi dada a palavra à **Munícipe Helena Baião**, que começou por dizer que já tinha vindo a esta Assembleia Municipal, 2 vezes, intervir publicamente, pedindo por alturas de Julho e Outubro, do ano passado, que o Município de Loulé, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, entregasse uma verba a Pedrogão, e nesta Sessão, disse que gostaria de se arrepender publicamente por o ter feito, e gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo, pelo facto do povo de Loulé, não ter contribuído para esta trágico-comédia de Pedrogão Grande. Relativamente ao encerramento, durante 6 meses, da Estrada de Vale do Lobo, disse que ficou desagradavelmente surpreendida, quando a Estrada reabriu ao público no estado lamentável e vergonhoso, que envergonha qualquer cidadão do Concelho de Loulé, e os residentes, as pessoas que lá trabalham, e os turistas que nos visitam o ano inteiro, não devem ser importantes, apenas só os veraneantes, porque a Estrada reabriu, como um

caminho de obstáculos. Por fim, elogiou a recolha de lixo efetuada na Freguesia de Quarteira, onde reside, porque melhorou substancialmente, e que pela primeira vez em tantos anos, não deu lugar a tantas queixas sobre a acumulação de lixo na via pública.----------

---

Foi ainda concedida a palavra ao **Munícipe Rogério Rochinha**, dizendo que tem trazido várias vezes a esta Assembleia Municipal, a questão da devolução do espaço público de Quarteira aos cidadãos, e referiu que teve a oportunidade de fazer chegar à Câmara, através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, uma fotografia da Av.ª Vasco da Gama, tirada em determinado dia, em que o proprietário de um espaço com esplanada nessa via, decidiu ocupar na sua largura toda a via, com uma mesa enorme, impedindo a passagem das pessoas naquela via. Questionou ainda o Executivo, como é que era possível, haver uma Esplanada encostada ao Centro Autárquico de Quarteira, que no seu entender é estranho, porque ou aquele estabelecimento não tem autorização de ocupação da via pública daquela maneira, ou quem autorizou não sabia o que andava a fazer, porque passam ali carros, e no dia em que houver algum problema com algum automóvel, quem é que vai ser na realidade o responsável? Relativamente à questão dos Bombeiros em Quarteira, voltou a insistir que não consegue aceitar a solução do GIPS, que são preparados para fogos florestais e o que se precisa é de alguém preparado em fogos urbanos. Em relação ao projeto do Orçamento Participativo que ganhou em Quarteira, questionou se seria possível alterar o projeto do Passeio das Dunas, porque a questão da sua iluminação deveria ser uma obrigação da CML. Questionou também o Executivo sobre, se houve, ou não, o ressarcimento da verba perdida pela Capitania de Faro, em relação ao facto de este ano não haver vendedores ambulantes no Calçadão de Quarteira. Quanto à requalificação da Abelheira, disse que gostou do que viu, contudo, antes da requalificação ter começado, falou e sugeriu o Campo de Futebol para usufruto das crianças que lá residem, porque antes existia lá um campo feito em cimento, mas era um local onde os miúdos se entretinham muito, e como a Câmara tem lá terrenos, um deles é onde está o estaleiro e outro do lado oposto, e como tal poderia aproveitar um deles para fazer o tal Campo de Futebol, questionou o Executivo se esta proposta poderia ter, ou não, viabilidade? Porque aquelas crianças precisam de um Campo de Futebol, não é só de aparelhos de ginástica.---

---

Não havendo mais intervenções da parte do Público, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Executivo Municipal para responder às questões colocadas.----------

---

Começou por usar a palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, que respondendo ao **Munícipe Ilídio Silva**, sobre a questão do ruído proveniente do Canil Municipal, disse que sempre referiu que este era um problema de difícil resolução, porque o Canil está ali há muitos anos, e não é fácil para o Executivo, de um momento para o outro, encontrar um local alternativo para um Canil, porque tem que se encontrar um terreno, que não cause incómodos aos residentes e resolver o problema definitivamente, porque arranjar uma solução provisória, para minimizar estes danos, já está a ser trabalhada, porque foram feitas medições do ruído, na zona envolvente ao Canil, e neste momento a Câmara já tem os resultados desse Estudo feito, e vai implementar medidas para minimizar o ruído, e resolver dentro do que é possível, este problema. Em relação ao que disse a **Munícipe Helena Baião** sobre o assunto de Pedrogão Grande, informou que a Câmara Municipal só não transferiu dinheiro, como fez muita gente em Portugal, não foi por teimosia, mas sim porque a CML tinha um parecer jurídico ao qual ainda se juntou um segundo da Associação Nacional de Municípios, no sentido de clarificar melhor este assunto, e foram esses pareceres que impediram a Câmara Municipal de transferir dinheiro, não existindo enquadramento legal para o fazer, porque boa vontade não faltou, perante aquela tragédia, e infelizmente agora, chega a informação de que se está perante uma utilização inapropriada de muitos desses fundos e donativos recebidos, que foram canalizados para lá, e hoje, sabendo desta situação, ainda bem que o Município de Loulé não transferiu nenhum dinheiro. Quanto à obra da Estrada de Vale do Lobo, disse que a Câmara geriu muito bem aquela obra, porque sabia que aquela obra iria causar incómodos, e que decorre numa zona turística de excelência, há ali muitas empresas de restauração, e não podia ter sido tomada outra decisão diferente da tomada, e quando a Estrada foi reaberta, foi com o acordo dos residentes, e dos vários restaurantes ali localizados, porque não queriam que a Estrada tivesse encerrada mais do que 2 meses, porque seriam todos muito prejudicados, e de facto a Estrada ainda não está acabada, ainda há muito para fazer, mas os trabalhos vão ser retomados, e no final, ficará de certeza, uma obra digna. Respondendo ao **Munícipe Rogério Rochinha**, sobre a requalificação na Abelheira, disse que por agora, não há nenhum Campo, mas vai haver uma Pista de BMX, e muitas das crianças que vivem naquele Bairro, vão passar a andar de bicicleta, e poderão sempre jogar futebol nos Clubes integrados que existem pelo Concelho, porque de facto a grande preocupação nesta requalificação, foi integrar a população idoso num espaço que lhes permitisse o exercício físico, mas prometeu que o Executivo iria ver a possibilidade de encontrar uma resposta, que no momento não está à vista, para o Campo de Futebol.----------
---

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Abilio Sousa**, que respondendo ao **Munícipe João Madeira**, disse que o Executivo Municipal tem tido atenção para estas situações e está a tentar encontrar uma solução, e que vão ser entregues até ao final do mês, as propostas para a Execução do Ramal de Abastecimento de Águas até ao Sitio das Júlias, e que é uma obra que está estimada em 150.000€, e que será concretizada até final do ano e terá uma duração de execução de 90 dias.,----------

---

Também foi concedida a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, que respondendo à questão levantada pelo **Munícipe Rogério Rochinha** sobre os Bombeiros de Quarteira, disse que o GIPS não tem só como ação, os fogos florestais, tem muitas outras, como tal não se pode desvalorizar uma Companhia que vai ficar localizada na BAL, em Quarteira, com 30 elementos em permanência, com uma série de valências, para além dos fogos florestais, como intervenção urbana, fogos urbanos, catástrofes, pesquisa subaquática, são de facto muitas as valências que o GIPS tem, e será uma grande mais valia para a cidade de Quarteira.----------

---

Foi igualmente dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que respondendo às questões levantadas pelo **Munícipe Rogério Rochinha** relativamente ao espaço público, em Quarteira, nomeadamente na Av.ª Vasco da Gama, disse que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira é muito ativo, na sua entrega de reclamações, e que a Fiscalização Municipal tem intervindo, só que isto é como o jogo do gato e do rato, porque a Fiscalização vai lá, os comerciantes regularizam a situação e 10 minutos depois quando a Fiscalização se vai embora, voltam ao incumprimento, mas esta situação vai ter que acabar, porque vão ser tomadas medidas, tal como estão a ser anunciadas. E relativamente à questão da Esplanada junto ao Centro Autárquico de Quarteira, disse que a mesma não está licenciada, e está a terminar o período para os donos, ou seja, a audiência de interessados, e dizerem de sua justiça, porque aquele estabelecimento não está licenciado e dificilmente terá condições para o ser. Sobre a questão do Calçadão de Quarteira e do ressarcimento por parte da Capitania, disse que foi realizado um acordo, com algumas valências que ainda estão a ser discutidas, onde foi negociado que há um ressarcimento e há um reforço no patrulhamento dos efetivos da policia marítima, durante o período noturno, e há outras valências que englobam este acordo, tudo no interesse da comunidade, e dos munícipes de Loulé.----------

---

Sobre a questão levantada pelo **Munícipe Rogério Rochinha**, sobre o Orçamento Participativo e a Alteração do Projeto do Passeio das Dunas, o Senhor **Presidente**

da Câmara disse que não se podia alterar, porque os Arquitetos quando assinam os projetos, reagem mal a alterações, mas se esta questão passar pela colocação de estruturas que não interfiram com o desenho arquitetónico, a Câmara pode tomar a decisão e contactar o autor do projeto para ver a viabilidade de concretizar essas alterações.----------

---

Terminados todos os esclarecimentos às questões levantadas pelo público, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu continuidade aos trabalhos, passando ao ponto seguinte:----------

---

2- Aprovação de Atas;----------

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu existirem 3 Atas para aprovação.-- Relembrou, que apenas votam os Senhores Deputados que estiveram presentes nas respetivas Sessões.----------

A Ata n.º 11/2018 (Sessão Extraordinária Temática de 23 de Junho de 2018), foi **aprovada por unanimidade.**----------

A Ata n.º 14/2018 (Sessão Extraordinária Temática de 17 de Julho de 2018), foi **aprovada por unanimidade.**----------

A Ata n.º 15/2018 (Sessão Extraordinária Temática de 20 de Julho de 2018), foi **aprovada por unanimidade.**----------

---

Passou-se ao ponto seguinte;----------

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------

Foi feita uma referência pelo Senhor **Presidente da Assembleia** sobre este ponto, dizendo que havia um conjunto de requerimentos da Assembleia Municipal ainda a aguardar resposta da Câmara Municipal, remetidos diversas vezes, aos quais fez uma breve referência, para que todos tivessem conhecimento, e sugeriu ao Executivo a regularização desta situação dado que alguns requerimentos já tinham meses.----------

---

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte:----------

---

4- Período de Antes da Ordem do Dia;----------

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, começando por dizer que estão praticamente concretizados 5 anos em que o Executivo PS está à

frente dos destinos da Câmara Municipal de Loulé, e no seu entender o Município não está melhor, com algumas carências, a nível do pré-escolar, a nível das infraestruturas, de esgotos, saneamento básico, água, e que está bem patente num testemunho dado por um Munícipe nesta Sessão. Referiu também que as infraestruturas do Município de Loulé estão bastante degradadas, a limpeza na via pública não é linear, e há muitas zonas onde na realidade a limpeza é deficitária. Outra questão que quis abordar, foi a Feira de Verão de Quarteira, e apesar do espaço ter sido dignificado, com boas condições de segurança e de higiene, contudo, não veio substituir a Feira do Calçadão de Quarteira que existia anteriormente, porque tiraram-se os temas do livro, do artesanato, substituindo-os para uma Feira Popular, como a de Faro, com carroceis, espetáculos de música, e existem por dos munícipes, queixas sobre ruído ensurdecedor naquela zona, e em especial também das unidades hoteleiras que estão ali perto, para além disso houve prejuízos para todos os estabelecimentos comerciais da zona do Calçadão, que pagam os seus impostos, as contribuições autárquicas, e que durante anos tinham lá os seu clientes, as suas receitas no Verão, que agora não existem, enquanto os comerciantes que estão na Feira de Verão, muitos deles não são de cá, e não contribuem durante o ano para a economia local, e isso torna-se injusto, e que na opinião da Bancada do PSD, esta opção tomada pelo Município de mudar a Feira de Verão de local, não foi a melhor opção e deveria ser revista.----------

---

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que queria falar de 4 questões, que já foram apresentadas noutras sessões, mas às quais gostaria de obter mais informações atualizadas. Começou por falar da questão da Escola D. Dinis, em Quarteira, e questionou o Executivo sobre o ponto de situação atual desta obra, e a data de arranque da obra.----------

A seguir falou da situação do Canil Municipal, e da reclamação recorrente apresentada nesta sessão pelo munícipe Ilídio Silva, porque o Canil Municipal não cumpre a legislação em vigor, e a Câmara tem que arranjar uma solução, e no seu entender, quando foi laborado o Orçamento para este ano, a Bancada do BE apresentou como sugestão, a construção de um novo Canil Municipal, mas a Câmara não deu andamento, não se interessou pela ideia, mas agora em fase de Revisão do PDM, existirá a possibilidade de arranjar um espaço, numa localização adequada, fora da zona urbana da cidade, e de acordo com a dimensão do nosso Concelho.----------

Falou também da rede pré-escolar, que nos últimos anos melhorou, contudo, verifica-se que o Município não tem capacidade de planeamento, para dar resposta a tantas solicitações, e com a vinda do IKEA, do Mar Shopping, os jovens casais que vieram para cá trabalhar, não têm onde deixar as suas crianças, e o mais caricato ainda é que há crianças residentes em Loulé que foram

colocadas na Tôr, como tal, terão que se arranjar mais instalações adequadas, para dar capacidade de resposta, e sugeriu que as Escolas Primárias desativas que foram atribuídas pelo Município a várias Associações, foram alvo de auditorias, para sabermos se realmente essas instalações estão a ser ocupadas devidamente, para o fim que foram autorizadas, porque sabe que há instalações que não estão a ter utilidade nenhuma, e que estão situadas perto da zona urbana de Loulé e que poderiam ser uma mais valia para a resolução deste problema com o pré-escolar.----------

Por fim, falou do Caminho do Cadoiço, que passa pelo Ribeiro, sofreu uma erosão grande por causa da água, e neste momento o caminho está muito estreito e altamente perigoso, porque já caíram 3/4 viaturas, e questionou o Executivo sobre quando é que se resolve esta obra, ou seja, o alargamento daquela estrada, porque não faz sentido estar-se a pensar no projeto do Parque Urbano, porque isto é uma prioridade, nomeadamente pela questão da segurança das pessoas que lá transitam, e com o Inverno a situação tem tendência a piorar, e pediu ao Senhor Vereador com o Pelouro das Obras, para passar por lá e ver o que passa, de forma a arranjar uma solução para aquele Caminho.----------

---

Foi também dada a palavra à Senhora **Deputada Sérgia Medeiros (PSD)**, dizendo que a primeira questão que iria colocar ao Executivo, também já foi referida pelo Senhor Deputado do BE, que se prende com a Escola D. Dinis, em Quarteira, e que em véspera do inicio de mais um ano letivo, a Bancada do PSD, questiona o Executivo sobre qual o ponto de situação da obra ou da nova Escola, porque os telhados desta Escola contêm amianto, e ainda no decorrer desta semana, houve um cordão humano numa Escola do Centro do País, em protesto contra este problema. que afeta a saúde de alunos, professores, auxiliares, de todos, e que há uma Lei aprovada há 7 anos, para remover o amianto nas Escolas, e a Escola D. Dinis continua na situação que se conhece, e tal como se dizia nesse cordão humano, "a Escola é para aprender, a Escola não é para adoecer".----------

Colocou também algumas questões sobre a Freguesia de Boliqueime, onde pertence, e começou por perguntar para quando é que estava previsto o cumprimento do compromisso entre a RAL, a Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Boliqueime, onde a RAL assumia os custos e a colocação na Rotunda da Fonte Boliqueime, de uma réplica do Poço em pedra, semelhante ao que lá existia?----------

Referiu também que a Freguesia de Boliqueime não tido nada já há muitos anos, e neste momento com um Presidente de Junta do PS, muito dinâmico, mas que apesar da sua boa vontade, não pode fazer as coisas sozinho, e quando nem sequer as iniciativas da Freguesia de Boliqueime são publicitadas no Outdoor que está à saída da Via do Infante, no Nó de Boliqueime, que divulga iniciativas das

várias Freguesias do Concelho, esquecendo as de Boliqueime, como exemplo da não divulgação, falou das Festas de Boliqueime, que entre o Festival MED e o Salir do Tempo, podiam lá ter estado, assim como em relação ao BFF (Boliqueime Food Festival), uma iniciativa do Presidente da Junta e que teve uma grande adesão, iniciativa esta que também não foi acarinhada por um cartaz condigno para a Freguesia, no tal Outdoor.----------

Por último, disse que não mora no litoral nem no interior, e também não tem água canalizada nem esgotos, e para este Mandato para a Freguesia de Boliqueime, estavam elencadas uma serie de obras de saneamento básico e de rede de esgotos, e até ao momento, foram apenas feitas algumas ligações de projetos que já vinham do passado, mas nenhuma obra nova, e dos projetos que já estavam na gaveta na altura das eleições, questionou sobre quais são os projetos que vão arrancar em breve na Freguesia de Boliqueime, e que vai muito para além da EN 125.----------

---

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, que começou por contradizer a afirmação proferida pelo Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), dizendo que conversou com alguns comerciantes do Calçadão de Quarteira, que dizem estar felizes por terem saído de lá os vendedores ambulantes.----------

Felicitou também o Senhor Presidente da Câmara, pela presença na Marcha sobre o Clima, no passado dia 8 de Setembro, em Faro, e reforçou a ideia de que esta é uma luta que não se deve parar, nem desacelerar.----------

Finalizou a sua intervenção, com uma preocupação, que a Câmara Municipal também tem tido, em relação ao uso de plásticos, e no que é que ainda se pode fazer para melhorar e tornar cada vez mais eficiente a sua utilização.----------

---

Também foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que começou a sua intervenção referindo um pedido que lhe foi feito pelo Empresariado, a propósito de informar os Senhores Deputados e as pessoas presentes nesta Sessão, que decorre na Freguesia de Quarteira, a "Semana do Polvo", denominado como o melhor Polvo do Mundo. Este evento conta com o apoio da Câmara Municipal de Loulé e da Junta de Freguesia de Quarteira, promovida pela Associação de Empresários de Quarteira, uma Associação de Armadores e Pescadores. e este evento visa promover a gastronomia local, produtos locais de elevada qualidade do nosso mar.----------

---

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, que falando sobre gastronomia, disse que gostou muito da Festa de Boliqueime, e referiu que durante as férias jantou também algumas vezes nos Restaurantes do Calçadão de Quarteira, e todos os proprietários reconheceram

que pediram para retirar os vendedores ambulantes daquela zona, mas que agora estão todos arrependidos, e referiu que pessoalmente também é desfavorável à saída dos vendedores ambulantes do Calçadão de Quarteira. Teceu ainda algumas considerações relativamente ao assunto das Creches no Concelho de Loulé, e referiu que fez um Requerimento dirigido ao Executivo, há 1 ano atrás, ao qual ainda não obteve uma resposta concreta, e por fim, terminando a sua intervenção, dirigiu um pedido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o Regulamento da Assembleia, prevê a criação de Comissões Especializadas, e como tal, solicitou que se convocasse uma reunião de uma Comissão de Economia, para que seja analisado o cumprimento dos Planos de Urbanização de Vilamoura 2, Quinta do Lago e Vale do Lobo, porque devem estar a terminar os prazos de validade, e existem verbas elevadas para receber por parte da Câmara, e em 2004 a CCDR certificou o cumprimento de um dos Planos, e como tal, gostava de saber, de 2004 até ao presente, o que é que foi feito, até porque este período abrange 2 Executivos de Partidos Políticos diferentes. ------

---

Também usou da palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que os assuntos da sua intervenção já foram mencionados, creches, da exploração de petróleo, do lixo, do saneamento básico, do estado atual das estradas. Contudo, referiu que gostava também de despoletar um pequeno problema que o incomodou, já por várias vezes, normalmente até quando sai das Sessões da Assembleia, que é com o camião do lixo, que no percurso que faz para casa, está muitas vezes parado na via, em sentido contrário, com os máximos acesos, solicitando aos Serviços Municipais, que pelo menos o camião estivesse parado na sua faixa de rodagem e com os médios ligados, e que apesar de este ser um pequeno problema, relativamente aos outros que foram falados, é de facto um problema de fácil resolução, contrariamente aos outros, bastando haver apenas, boa vontade.----------

---

Seguidamente foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que começou a sua intervenção saudando o Executivo Municipal pelo sucesso da Feira de Verão de Quarteira, que trouxe uma nova vitalidade à cidade, novas atrações, e foi uma lufada de ar fresco àquela cidade.----------

Saudou também a reabilitação do Solar da Música Nova,onde vai ser inaugurado o Conservatório de Música de Loulé, uma obra inédita, e que merece o apreço de todos.----------

Terminando a sua intervenção, disse que o Governo Português disponibilizou a oferta de Manuais Escolares do 1.º e 2.º Ciclos, e desta forma, sugeriu à Autarquia de Loulé, se possível, que alargasse a oferta de Manuais Escolares até

ao 12.º ano de escolaridade.----------

Não havendo mais inscrições por parte dos Senhores Deputados, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao Executivo Municipal, para responder às questões colocadas pelos Deputados.----------

---

Foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que relativamente às questões sobre a Feira de Verão de Quarteira, disse que o Executivo Municipal ainda não tinha feito o balanço, mas que este se afigurava favorável, positivo, pois o evento também ainda não terminou, terminará no final do mês de Setembro, e depois será feita a recolha de testemunhos, junto dos cidadãos, junto dos munícipes, junto dos fregueses de Quarteira, e junto dos participantes da Feira, e então depois disso será feito o balanço e será alterado o que tiver de ser alterado, e será mantido o que tiver de ser mantido.----------

---

De seguida foi dada a palavra ao **Senhor Vereador Carlos Carmo**, para responder a duas questões colocadas, e começando pela problemática do uso dos plásticos, referiu que nos dispensadores de água do Edifício Municipal Principal, já não existem copos de plástico, mas sim de papel, e que esta medida será alargada aos restantes Edifícios Municipais, e que se trata de um pequeno passo, mas que contribui para a redução do uso de plásticos.----------

Relativamente à questão da divulgação de eventos na Freguesia de Boliqueime, referida pela Senhora Deputada Sérgia Medeiros (PSD), disse que os eventos específicos referidos, não foram divulgados nesse outdoor, porque a Junta de Freguesia de Boliqueime, faz a divulgação dos mesmos, de uma forma mais massiva junto das populações que aí vivem, e como tal, esses eventos, foram divulgados noutros espaços, que a Câmara de Loulé tem espalhados pelo Concelho, e sobre o evento gastronómico em Boliqueime, disse que foi um enorme sucesso, e que houve situações registadas que irão ser melhoradas no próximo evento.-------

---

Foi dada também a palavra à Senhora **Vereadora Ana Machado**, que começou por dizer que de facto é uma realidade que o nosso Concelho atrai muita gente, sobretudo jovens casais, e que devido a esse facto, e à nova legislação sobre a constituição das turmas, e sobre o número de alunos que devem compor uma turma com necessidades educativas, foi alterada muito recentemente, e a nossa realidade alterou-se, e efetivamente vamos ter que abrir Salas, porque temos um número enorme de alunos para o pré-escolar, a realidade das Creches é outra, mas está a ser acautelada, não só num processo em que vamos ser inovadores, no âmbito da inovação social, e no âmbito da preparação do novo orçamento.----------

---

Por fim, para responder às restantes questões, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, e começando pela apreciação negativa sobre a gestão do Executivo Socialista, feita pelo Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), disse que era a opinião do Senhor Deputado, mas que obviamente não concorda com a mesma, e que este tipo de apreciações não corresponde à realidade.----------

Quanto à Escola D. Dinis, disse que já esclareceu a situação repetidas vezes, mas voltou a mencionar todos os passos dados, e que neste momento a Câmara vai reabrir o Concurso Público.----------

Relativamente às questões do pré-escolar, e da procura que existe, disse que é muito recente, porque o período que antecedeu esta situação foi um período em que as pessoas fugiram literalmente do País, aos milhares, por via das medidas politicas que foram tomadas, e que nestes 2 últimos anos, a situação inverteu-se, a economia começou a crescer, começou a haver muito emprego, e as pessoas começaram a regressar, e como tal, o tempo de resposta levará algum tempo, pois trata-se de uma necessidade nova, mas este Executivo, serenamente e ponderadamente, está a trabalhar para solucionar este problema.----------

Sobre o assunto do Caminho do Cadoiço, disse que o "Projeto do Parque Urbano e Agrícola", é um projeto de grande dimensão, e que vai ser desenvolvido gradualmente, e que para esta intervenção (em conjunto com outras intervenções), vai ter que se abrir Concurso, até final do ano, para a primeira parte de execução, que é para a reabilitação e iluminação deste caminho que está lá incluído.----------

Em relação a Boliqueime, disse que o Executivo também estava a trabalhar naquela Freguesia, e pediu algum tempo para que as coisas apareçam, porque o Executivo não quer deixar nenhuma parcela do território para trás, e sobre a situação do Poço de Boliqueime, disse que foi obra da RAL e não deste Executivo.----------

Sobre o Solar da Música, referiu que as obras de recuperação, estavam concluídas, e que tinha sido uma obra de reabilitação extraordinária e bem sucedida, de uma beleza e de uma qualidade, e que ia ser inaugurado naquele espaço, o Conservatório de Música de Loulé, que é uma Escola de Ensino, exclusivamente, de música, e que a Sul de Lisboa é a única, que vai arrancar com 25 professores, e 300 alunos, e no andar de cima, ia ser instalada a Sede da Sociedade de Artistas de Minerva, da Banda Filarmónica de Minerva, e que esta obra de reabilitação, deve deixar todos orgulhosos, convidando todos os presentes a estarem na sua inauguração.----------

Por fim, e referindo-se ao alargamento da oferta de Manuais Escolares até ao 12.º ano de escolaridade, disse que o Executivo iria estudar e pensar nesta medida, e se houver condições poderá ser uma medida a adotar.----------

---

De seguida, pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, e dirigindo-se à Senhora Vereadora Heloísa Madeira, disse que o balanço social da Feira de Verão de Quarteira, era importantíssimo, e que o PSD não contesta a Festa, mas apenas o modelo, mas que o balanço económico também era muito importante, e nesse balanço, o Grupo Municipal do PSD, gostaria de saber, qual o fator financeiro que teve impacto naquela Festa.----------

E sobre as considerações feitas sobre o balanço da gestão deste Executivo Socialista, disse que o PSD tem as suas preocupações, e que quer um Município melhor, valorizando também algumas medidas deste Executivo Municipal, como a entrega dos Manuais Escolares, o trabalho feito na área da Ação Social, entre outras.----------

---

Concluídas as intervenções deste ponto, e não havendo Moções a apresentar nesta Sessão, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:----------

---

6 - Período da Ordem do Dia;----------

---

a)- Proposta 51/2018- Deliberação relativa ao **previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º50/2018 de 16 de Agosto - Lei Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais;**----------

---

E sobre esta proposta o Senhor **Presidente da Assembleia**, explicou que esta Lei Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, quando foi publicada a 16 de Agosto, havia uma data importante, que é a data de 15 de Setembro, em que as Autarquias Locais e as Comunidades Intermunicipais, se entendessem que estas Transferências não se deviam efetivar em 2019, porque essa é a regra, mas dentro do principio do gradualismo, as Autarquias poderiam declarar até 15 de Setembro, não o queriam fazer, carecendo para essa decisão de uma deliberação favorável da Assembleia Municipal. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara, referiu-lhe essa situação, mas acontece que posteriormente, primeiro a Associação Nacional de Municípios, declara que esta data não se aplicaria visto que não tinham sido publicados os diplomas setoriais, uma vez que este processo de descentralização, tem que ser acompanhado de setor em setor, exemplos disso, a Educação, a Saúde, Transportes, etc., têm que ser acompanhados de uma legislação especifica setorial, e a única coisa até agora aprovada, foi a Lei da Assembleia da República, sobre o Quadro das Transferências de Competências, faltando a aprovação de uma série de diplomas setoriais, e assim sendo, a Associação comunicou que, como

não havia esses diplomas, não haveria a possibilidade, das Autarquias Locais, e das Entidades Intermunicipais, se pronunciarem, e como havia uma grande responsabilidade da Assembleia Municipal, considerou que havia ali um problema, porque a Associação não é por si uma Entidade que tenha competência para dizer que uma Lei é suspensa, pelo que, procurou junto do Governo, do Ministro da tutela, Ministro da Administração Interna, saber qual era a posição do Governo sobre esta matéria, e foi o que o Governo fez, em devido tempo, enviando um oficio às Autarquias Locais, e que foi remetido aos Senhores Deputados Municipais, esclarecendo a situação. Entretanto, também foi enviada pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), uma Proposta de Recomendação, que também foi remetida aos Senhores Deputados Municipais, em que havia ali uma posição da parte do Senhor Deputado sobre esta matéria, com algumas considerações importantes sobre este assunto, devidamente documentadas e fundamentadas, achou por bem fazer a sua divulgação, como um contributo para esta discussão. Propôs entretanto, dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para poder falar sobre este assunto, e de seguida, dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais, para se pronunciarem sobre esta matéria, que é de facto uma matéria importante e decisiva no cumprimento daquilo que são as obrigações do Estado Local.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que o Senhor Presidente da Assembleia tinha feito um resumo exato, onde foram colocadas todas as questões que deviam ser colocadas, mas acrescentou que não está neste momento, aqui em discussão, nenhuma posição da Câmara Municipal, porque o Município não tomou ainda nenhuma posição, porque nesta fase não há lugar a haver pronuncia, sobre se aceitaremos, ou não, a Transferência de Competências, essa situação irá colocar-se mais para a frente quando forem publicados os diplomas setoriais, e aí sim, a Câmara Municipal, tomará uma posição, que depois será comunicada à Assembleia Municipal. Relativamente à Proposta de Recomendação do Bloco de Esquerda, e que no seu entender, é uma reflexão e uma discussão que deve ser suscitada a partir da leitura do documento, mas que deverá ser separada desta proposta.----------

---

Sobre esta matéria, pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que perante estas explicações, esta proposta não deverá ser votada nesta Sessão.----------

---

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que disse que em função das explicações dados anteriormente, esta proposta não deve ser votada nesta Sessão, porque se deve aguardar a publicação dos diplomas

setoriais, porque neste momento não se sabe qual é o pacote financeiro, não se sabe nada, e até ao final do ano deve ser difícil a concretização da deliberação sobre esta matéria.----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu que haverá uma nova data, um novo prazo, para os Municípios se pronunciarem sobre o ano de 2019.----------

---

Também pediu a palavra a Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, dizendo que pode haver um novo prazo, mas que de facto se não forem publicados os tais diplomas setoriais, não haverá matéria para se discutir nesta Assembleia, e está a falar-se de Transferência de Competências em áreas que nos dizem muito, aos munícipes, pois são áreas como a educação, a ação social, a saúde, a proteção civil, a cultura, o património, a habitação, áreas portuárias marítimas, segurança dos alimentos, transportes e vias de comunicação, segurança contra incêndios, etc., e no fundo, não colocando em causa a descentralização, temos que ver se temos os meios disponíveis para aceitar esta delegação de competências, porque é muito bonito termos o direito a essas competências, mas temos que nos assegurar se temos meios para cumprir com essas competências, e neste momento, esta discussão não faz qualquer sentido, porque estar a debater uma Lei, em que os diplomas setoriais que vão concretizar a forma como essas competências vão ser feitas, não estão publicados, e não entendeu porque é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que a Câmara não tomou ainda uma posição, porque no seu entender ainda bem que não o fez, porque não há nada, para se tomar uma decisão, e esta é uma decisão demasiado óbvia que qualquer pessoa de bom senso tomaria, e também não compreende, como é que disse que o Executivo iria tomar uma decisão e que a comunicaria a esta Assembleia, porque a Lei diz que esta Transferência de Competências, está dependente de decisão deste órgão deliberativo, Assembleia Municipal, como tal, não entendeu o que é que o Executivo vai decidir e transmitir-nos, porque se decidir que quer essas competências, então o que é que esta Assembleia está aqui a fazer?!, essa é uma questão que no seu entender tem que ser bem esclarecida.-

---

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que este tema da Descentralização de Competências, foi tema da Sessão Comemorativa do 25 de Abril, e nessa altura quando começaram a aparecer os projetos de intenções sobre este assunto, esqueceram-se das principais promessas, de que era uma Descentralização de Competências, mas territorial, e o que está em causa é uma preocupação muito grande que todos devem ter, é que vai haver essa transferência de competências em áreas muito vastas, para as quais o Município de Loulé poderá não estar preparado, apesar de viver num

período de desafogo financeiro, mas não pode passar cheques em branco ao Governo, ou seja a quem for, é uma situação que tem que ser ponderada, e sem haver a analise concreta dos decretos de lei e dos diplomas setoriais, e do escalonamento das áreas que vão passar em 2019, 2020 e 2021, a Câmara de Loulé não pode aceitar as coisas da forma que este Governo queria, e muitas Câmaras Municipais disseram logo que não aceitavam e muitas outras estavam a ponderar o assunto, que acabaram por pressionar todos, de tal forma que este prazo até 15 de Setembro, já não é para cumprir, e aquilo que o Bloco de Esquerda tentou colocar na Proposta de Recomendação, são as preocupações que todos os munícipes têm, porque o Governo arranjou uma lei à pressa, depois de estar 2 anos em negociações com os outros Partidos Políticos, que não tem qualquer eficácia, e que ninguém percebe, e esta lei deveria dizer que para as Câmaras, aceitarem estas competências, teriam que vir às Assembleias, mas acaba por dizer o contrário, diz que só se não aceitarem é o assunto é trazido à Assembleias, então para que é que este órgão existe?! O inverso é que era verdadeiro, e não o facto de que se não aceitar é que tem que vir obrigatoriamente a este órgão.----------

---

Por último pediu a palavra o Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, dizendo que o inicio desta discussão pareceu-lhe demasiado inflamado, para um órgão que vai ter a oportunidade de se pronunciar sobre a oposição àquilo que é uma pretensão do País, praticamente consensualizada de Norte a Sul, que é a do reforço dos poderes da Administração Local pela descentralização de poderes da Administração Central, e esse processo é de tal maneira consensual, que fez com que a Assembleia da República, determinasse que essa descentralização se ia concretizar, e decidiu que essa descentralização se faria até ao ano de 2021, e disse que os Municípios, teriam a oportunidade de manifestar a sua oposição por deliberação do seu órgão, e que quem tem a possibilidade de se opor a que isso se concretize, poupando o órgão executivo aos incómodos que isso lhe possa trazer, é o órgão deliberativo, e no seu entender, esta arquitetura faz todo o sentido, e que esta discussão poderá ser feita com toda a tranquilidade, porque os prazos máximos para decisão, são até 2020.----------

---

Concluídas as intervenções sobre este ponto, o qual, o Senhor **Presidente da Assembleia** disse, que será novamente discutido, em devido tempo, passando à proposta seguinte:----------

---

b)- Proposta 52/2018- Deliberação relativa ao **Reconhecimento do Interesse Público Municipal no âmbito do RERAE** sobre o **Pedido de Regularização de Estabelecimento Industrial (CAE 33190-R3), em complemento ao Proc.160/15DV, ARDIL - Armazenagem, Distribuição e Logística, Lda., Freguesia de São Sebastião, Concelho de Loulé**, para efeito do previsto no disposto no artigo 5.º, n.º 4, alínea a) Decreto-Lei n.º165/14 de 5/11, [**Proposta da Câmara Municipal n.º1235-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);---------

---

Para apresentar esta proposta foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, dizendo que tanto esta proposta, como a seguinte, têm o mesmo enquadramento, que é o regime extraordinário de regularização de atividades económicas, no âmbito do qual, já foi alterado o PDM de forma a acolher esta possibilidade, e estes dois processos foram instruídos em tempo, mas falta-lhes um elemento obrigatório de instrução que é exatamente o Reconhecimento de Interesse Municipal, um destes processos já veio a esta Assembleia, o caso da ARDIL, Lda., no entanto, este processo agora é de ampliação da atividade e da área que ela inclui, e por uma questão de cautela voltou a vir a esta Assembleia, e no fundo esta proposta e a seguinte, são um regime de exceção, em que se Reconhece o Interesse Municipal da manutenção destas atividades no nosso Concelho.----------

---

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que em relação à proposta da ARDIL Lda., disse que achava muito estranho, porque esta Assembleia em 31/05/2015 já tinha dado o Reconhecimento de Interesse Público Municipal a esta empresa, e agora passados 3 anos, a empresa ao abrigo do mesmo Decreto-Lei, propõe a ampliação, o que é estranho, e quanto à proposta seguinte, disse que duvidava que no Concelho de Loulé, e no sitio onde se localiza esta empresa, que haja uma fábrica de fabricação de cestos, a não ser de importação de cestos chineses.----------

---

Para esclarecimento das questões suscitadas, foi dada novamente a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, dizendo que os documentos que foram sujeitos a apreciação em Reunião de Câmara, e que foram remetidos a esta Assembleia para deliberação, está bem explicado este processo da ARDIL Lda., e o primeiro pedido datado de 2015, foi feito ao abrigo do primeiro regime extraordinário de regularização das atividades económicas, e em 2016 foi feito um aditamento a esse regime extraordinário, que para além de prorrogar o prazo de entrada dos pedidos, alterou que deixou de ser só para a regularização das atividades económicas, passou também a ser para alteração ou ampliação das atividades, e isso permitiu à ARDIL Lda., que em 2017 meteu um processo na

Câmara, para fazer a ampliação da sua atividade, e isto está tudo ao abrigo deste novo diploma, com as suas novas componentes que a primeira legislação não tinha, que é a alteração do objeto social da atividade e a ampliação desta.----------

---

Terminadas todas as intervenções sobre esta matéria, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à votação da seguinte proposta:----------

---

b)- Proposta 52/2018- Deliberação relativa ao **Reconhecimento do Interesse Público Municipal no âmbito do RERAE** sobre o **Pedido de Regularização de Estabelecimento Industrial (CAE 33190-R3), em complemento ao Proc.160/15DV, ARDIL - Armazenagem, Distribuição e Logística, Lda., Freguesia de São Sebastião, Concelho de Loulé**, para efeito do previsto no disposto no artigo 5.º, n.º 4, alínea a) Decreto-Lei n.º165/14 de 5/11, **[Proposta da Câmara Municipal n.º1235-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi **votada e aprovada por maioria**, com 2 abstenções (1 Deputado Carlos Martins do BE e 1 Deputado Independente Fernando Santos).----------

---

Terminada esta votação, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à votação da proposta seguinte:----------

---

c)- Proposta 53/2018- Deliberação relativa ao **Reconhecimento do Interesse Público Municipal no âmbito do RERAE** sobre o **Pedido de Regularização de Estabelecimento Industrial de Fabricação de Obras de Cestaria e de Espartaria (CAE 16292), Proc. 251/17, em nome de Jorge Manuel Apolónia Martins, Freguesia de São Sebastião, Concelho de Loulé** para efeito do previsto no disposto no artigo 5.º, n.º4, alínea a) Decreto-Lei n.º 165/14 de 5 de Novembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º1236-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt), **foi votada e aprovada por maioria**, com 1 abstenção (1 Deputado Independente Fernando Santos).----------

---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou à proposta seguinte:----------

---

d)- Proposta 54/2018- Deliberação relativa ao **Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT): Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública e Aprovação do REOT**, nos termos do n.º 3 do artigo 189.º do RJIGT; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1320-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

Para apresentar esta proposta, foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, referindo que o que estava em discussão não era a aprovação nem a rejeição deste Relatório, mas sim apreciação por parte da Assembleia, e o que a Lei refere, é que é obrigação do órgão executivo elaborar este Relatório, o que foi feito, e que deve ser submetido a discussão pública, o que aconteceu, este Relatório foi submetido a uma ampla discussão pública, houve uma Sessão Temática sobre esta matéria, e a Câmara esteve sempre disponível para esclarecer, e aditar tudo o que fosse necessário, e agora como último passo, cabe à Assembleia a apreciação deste Relatório, não se trata de uma aprovação, mas sim uma apreciação, porque nem o órgão executivo aprova este tipo de Relatório, é apenas responsável pela sua elaboração e pela colocação em discussão pública, e foi recolhido o máximo de contributos possível, e foi feito um grande esforço de atualização por parte dos Serviços da Câmara, nomeadamente da Divisão de Planeamento e aos Consultores que trabalham para a CML, dos indicadores e dos dados que constam nos indicadores, para serem os mais atuais possíveis, e a inclusão de novos indicadores que foram propostos pelos vários intervenientes neste processo de discussão pública.----------
---

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados sobre esta matéria, o Senhor **Presidente da Assembleia**, considerou esta proposta apreciada.----------
---

No seguimento de uma sugestão feita pelo Senhor Deputado Independente Fernando Santos, e das questões suscitadas sobre o assunto do Ordenamento do Território, o Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que na próxima Reunião da Comissão Permanente, irá propor a criação de duas Comissões Especializadas, uma sobre Finanças, e outra sobre o Ordenamento do Território, e até porque esta última matéria, suscita muitas dúvidas sobre qual a posição que deve ser assumida pelo órgão deliberativo, que é esta Assembleia, nesta matéria, porque a lei é demasiado vaga, e como a Assembleia tem que se pronunciar sobre todos os Planos e outros instrumentos que têm a ver com o Ordenamento do Território, tem que haver um entendimento sobre esta matéria, uma articulação perfeita entre o órgão executivo e órgão deliberativo, para não haver questões e dúvidas, e como vai ser levado a cabo um trabalho muito importante de Revisão do PDM, que engloba muitas coisas, começando logo pelo REOT, pelo que, é urgente a constituição desta Comissão e de outras, de forma a que um conjunto de Senhores Deputados, se possam dedicar de forma conjunta, e mais especializada, a esta matéria e a outras.----------
---

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à apreciação de um conjunto de Informações:----------

---

e)- Apreciação da Informação relativa à **1ª Alteração ao Plano de Urbanização de Vilamoura - 2.ª fase - Abertura do Período de Discussão Pública, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 89.º do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal 1221-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

f)- Apreciação da Informação relativa à **2.ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil - Abertura do Período de Discussão Pública, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 89.º do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal 1378-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

g)- Apreciação da Informação relativa à **2.ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil - Ponderação da Participação Pública, nos termos do n.º 3 do artigo 86.º conjugado com o n.º 1 do artigo 119.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal 1125-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

h)- Apreciação da Informação relativa à **Tomada de Conhecimento sobre o Teor dos Documentos - Relatório sobre Incidente ocorrido no Aterro Sanitário do Sotavento no dia 7 de Abril de 2018; Relatório de Monitorização da Ribeira do Vascão e seus afluentes; [Proposta da Câmara Municipal 1408-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Salir, Deodato João**, que sobre a **alínea h)**, quis ter alguns comentários e correções ao Relatório, começando por falar do ponto 2, a data e hora da ocorrência, considerando que o que está descrito no Relatório, não está correto, porque assim que recebeu a denúncia, comunicou a ocorrência ao Posto Territorial da GNR de Salir, depois falou com o Senhor Vereador Carlos Carmo, e de seguida com o Senhor Presidente da Câmara. Referiu ainda que na próxima Reunião da Comissão de Acompanhamento, iria questionar sobre qual é que foi a base para terem considerado o início desta ocorrência a partir das 15 horas, quando o mesmo ocorreu de manhã, e foi logo comunicado.----------

---

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que de facto a data da ocorrência não condiz com a reclamação, porque em Fevereiro, apresentou uma reclamação sobre o transporte e descarga de

lixiviados, ou seja, já nesta altura os lixiviados já transbordavam para a Ribeira. Disse também, que era positivo, o facto de ter sido feito este Relatório, e que este tipo de ocorrências não volte a acontecer, e questionou o Executivo sobre as análises referidas no Relatório, se as mesmas já foram entregues à Câmara, e relativamente aos dados mencionados, não há dados comparativos, para se saber se estão bem ou mal, e na última Reunião da Comissão de Acompanhamento, o Técnico que ia fazer as análises, não as fez, ou não trouxe os resultados, pelo que, no seu entender, a Comissão de Acompanhamento deverá estar mais atenta, a Câmara Municipal também, assim como todos os Deputados.----------

---

Sobre esta matéria, o Senhor **Presidente da Assembleia** disse que, quando se visitou o Aterro Sanitário do Sotavento, não se imaginava que essa visita se fosse tornar tão útil, infelizmente, para os acontecimentos posteriores, e para que se pudesse fazer uma apreciação mais completa, nesta Assembleia, disse que deveria haver uma deliberação por parte da Câmara Municipal, sobre esta questão, porque o que consta nesta Informação, são os documentos insuficientes, e como a Autarquia, o Município, tem responsabilidades públicas sobre esta matéria, não se pode considerar apenas este Relatório da ALGAR, tem que haver também uma apreciação técnica, contratando talvez uma Empresa que pudesse fazer isso, para ouvirmos uma segunda opinião, para se obterem conclusões seguras.----------

---

De seguida usou da palavra o Senhor **Vereador Carlos Carmo**, dizendo que esta Informação trazida à Assembleia, são de facto documentos totalmente elaborados pelas Entidades que os assinam, concretamente a ALGAR e a APA, e na última Reunião da Comissão de Acompanhamento, questionou o representante da APA, sobre a ausência de valores de referência, para haver termos de comparação, e saber se estamos dentro dos parâmetros normais, e com estas análises isso não pode ser feito, e referiu que, este Relatório foi pedido pela Câmara Municipal, e veio a esta Assembleia com toda a informação dada, e será sempre dado a este órgão, conhecimento de toda a informação sobre o que se passa naquele Aterro, e que este Executivo Municipal terá uma atitude ativa e de fiscalização, informando ainda que, foi também já deliberada uma outra fiscalização, suportada por uma Entidade, para efetuar uma fiscalização de terceira parte.----------

---

Pediu novamente a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Salir, Deodato João**, dizendo que já tinha feito várias denúncias, e que quando ocorreu esta situação, ficou revoltado e a sua primeira iniciativa foi a de contactar primeiro as Autoridades, para que atestassem a veracidade do que

estava a ocorrer na Ribeira do Vascão, deslocou-se ao local, tirou várias fotos e filmagens e tornou-as públicas através das redes sociais, e depois contactou o Senhor Vereador e o Senhor Presidente da Câmara, porque era necessário ter coragem e tornar pública esta ocorrência, pedindo desculpa ao Senhor Presidente da Câmara por não lhe ter dado logo conhecimento da situação, mas tinha primeiro que verificar a veracidade da situação e tomar estas medidas.-----------

----

Foi dada novamente a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referindo, que foi grave o procedimento do Senhor Presidente da Junta de Salir, porque soube da ocorrência no final do período da manhã, e só no final da tarde é que o contactou e lhe deu conhecimento da ocorrência, e que todos de facto têm que estar atentos, mas é da boa articulação entre todos, Junta de Freguesia e Câmara Municipal, e das regras que devem ser cumpridas, que se poderá fazer uma maior e melhor fiscalização e vigilância.--

----

Não havendo mais intervenções e concluída a Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada esta sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.--

----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA ______________________

A 1ª SECRETÁRIA ______________________

A 2ª SECRETÁRIA ______________________

Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 76

07/09/2018

LOULÉ
BLOCO DE ESQUERDA

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Pela não transferência das novas competências previstas na Lei n.º 50/2018 já para o ano de 2019

Considerando que:

a) Foi recentemente publicada a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto que estabelece o quadro de transferências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais das competências que se encontram na administração direta e indireta do Estado;

a) De acordo com o artigo 4.º da referida lei, esta transferência de competências e afetação de recursos será concretizada através de diplomas sectoriais relativos às diversas áreas. A mesma será feita em 2019 admitindo-se, porém, que até 15 de setembro de 2018, as autarquias e entidades intermunicipais que não pretendam já a transferência no próximo ano destas competências para a autarquia local, comuniquem esse facto à DGAL, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido;

b) Os respetivos diplomas sectoriais não foram até à presente data publicados;

c) Esta descentralização viola o princípio constitucional da subsidiariedade agravando as assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências nestas matérias não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso às prestações inerentes às mesmas, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício de tais competências;

d) Este diploma promove uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura;

e) Por outro lado, a transferência de pessoal e equipamentos, para mais se acompanhado de um financiamento insuficiente onerará os órgãos dos municípios com um esforço financeiro significativo, desconhecendo-se ainda os moldes exatos da transferência de receitas para que as Autarquias possam assegurar estas novas competências;

f) Existe ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios humanos insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências para concessionarem serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso e fruição pelo comum cidadão;

g) Nos termos e para os efeitos do artigo 44.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, esta lei só produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito sectorial, pelo que estes devem ser concretizados de forma a permitir a aplicabilidade e eficácia do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei;

h) Tratando-se de uma Lei que já entrou em vigor e é válida, apesar da ineficácia dos seus artigos, deverá ser votada a deliberação que prevê a transferência de competências, ainda que o seja por mera cautela e por desconhecimento da data de publicação dos referidos diplomas parcelares.

Assim, a Assembleia Municipal de Loulé reunida a 10 de Setembro de 2018, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. Votar favoravelmente ao adiamento da transferência de competências para este Município, já no próximo ano de 2019;

2. Comunicar o adiamento da transferência de competências para o Município já para o ano de 2019 à Direção-Geral das Autarquias Locais, até ao dia 15 de setembro de 2018.

Loulé, 10 de Setembro de 2019

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins